Ana Isabel Palminha Howell Franco, na categoria de técnica superior de arquitectura de 2.ª classe, índice 400, contrato renovado em 18 de Agosto de 2006, por um ano.

21 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Manuel Francisco Colaço Camacho*, 1000304238

Aviso DAF/27/2006

Celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 1 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por urgente conveniência de serviço, com:

Dinis António Fialho Peixeiro Serra e Sérgio Duarte Capelas Picão na categoria de técnico profissional de desporto de 2.ª classe, índice 199, em 2 de Novembro de 2005, por seis meses.

Maria Amélia Palma Sequeira, José Carlos Domingos Correia e António José Colaço Revés Martins, na categoria de auxiliar de serviços gerais, índice 128, em 2 de Dezembro de 2005, por seis meses.

Carlos Miguel Capeta Estebainha, na categoria de auxiliar de serviços gerais, índice 128, em 5 de Janeiro de 2006, por seis meses.

Filipa Alexandra de Sousa Duarte Azedo, na categoria de auxiliar de serviços gerais, índice 128, em 26 de Janeiro de 2006, por seis meses.

Carlos Alberto Tavares Carreira, na categoria de vigilante de jardins e parques infantis, índice 128, em 1 de Fevereiro de 2006, por seis meses.

Rui Miguel Baião de Jesus, Pedro Miguel Figueira Soares, Ana Paula Brito Belchior e Maria Amélia de Assunção Guisado Cruz, na categoria de auxiliar de serviços gerais, índice 128, em 1 de Fevereiro de 2006, por seis meses.

Mónica Góis Figueira, na categoria de assistente administrativa principal, índice 222, em 1 de Fevereiro de 2006, por um ano.

Ana Lúcia Miguel da Silva Orrico e Sandra Cristina Simão Beatriz Brito, na categoria de auxiliar de acção educativa, índice 142, em 20 de Fevereiro de 2006, por seis meses.

Paula Cristina Gomes Dias, na categoria de auxiliar de acção educativa, índice 142, em 6 de Março de 2006, por seis meses.

Sulpício Guerreiro Leal, na categoria de vigilante de jardins e parques infantis, índice 128, em 11 de Abril de 2006, por seis meses.

Rita Alexandra Salvador Felício Lopes, na categoria de auxiliar de acção educativa, índice 142, em 2 de Maio de 2006, por seis meses.

Luís Filipe da Palma André e Filipa Maria Parreira Ameixa, na categoria de nadador-salvador, índice 128, em 27 de Junho de 2006, por três meses.

21 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Manuel Francisco Colaço Camacho*, 1000304237

Aviso DAF/28/2006

Rescisão de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que os seguintes trabalhadores rescindiram os seus contratos de trabalho a termo resolutivo certo com esta Câmara Municipal:

Ludgero António Gonçalves Silva, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, rescindiu com efeitos a 2 de Janeiro de 2006.

Adamastor Lopes, Maria Judite Veríssimo Bernardo e Sónia Isabel Tonim Vieira, auxiliares de serviços gerais, rescindiram com efeitos a 1 de Março de 2006.

Filipe Martins Galope, auxiliar de serviços gerais, rescindiu com efeitos a 3 de Abril de 2006.

João Banza, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, rescindiu com efeitos a 3 de Abril de 2006.

Sandra Camacho Curtinha, auxiliar administrativa, rescindiu com efeitos a 16 de Fevereiro de 2006.

Ángela Cristina Godinho dos Santos e Sofia Silva Marçal Estebainha, técnicas profissionais de animação sócio-cultural de 1.ª classe, rescindiram com efeitos a 1 de Junho de 2006.

Paula Alexandra Caixeirinho Banza e Sónia Isabel Duarte Batalha dos Reis, assistentes administrativa principais, rescindiram com efeitos a 1 de Junho de 2006.

Carlos Manuel Cândido Pedro, técnico superior de turismo de 2.ª classe, rescindiu com efeitos a 1 de Junho de 2006.

Elisabete Maria Naires Benedito, técnica profissional de ambiente de 1.ª classe, rescindiu com efeitos a 1 de Junho de 2006.

Gabriel José Parreira Pires, auxiliar de serviços gerais, rescindiu com efeitos a 1 de Junho de 2006.

21 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Manuel Francisco Colaço Camacho*, 1000304239

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 70/2006-RH

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de fiscal municipal especialista

1 — Em cumprimento e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e em conformidade com o artigo 27.º do mesmo diploma, se torna público que, por meu despacho datado de 7 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de fiscal municipal especialista, escalão 1, índice 269 (vencimento ilíquido de 865,96 euros) do grupo de pessoal técnico-profissional.

2 — Remuneração — o fixado pelo Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 442/91, de 15 de Novembro, com alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — O concurso é válido apenas para o lugar existente e caduca com o seu preenchimento.

5 — O local de trabalho — edifício dos Paços do Município e área do concelho de Arruda dos Vinhos.

6 — Conteúdo funcional — o constante no despacho da SEALOT n.º 20/94, publicado no *Diário da República*, n.º 110, de 12 de Maio de 1994.

7 — Requisitos gerais de admissão — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Requisitos especiais — os estabelecidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, que aplicou e adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, nomeadamente deter a categoria de fiscal municipal principal, com pelo menos três anos na categoria classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*.

9 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, devendo conter os seguintes elementos de identificação: nome completo, filiação, nacionalidade, data de nascimento, naturalidade, residência actual com a indicação do código postal, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade e número de contribuinte fiscal.

9.1 — Deverá obrigatoriamente ser junto ao requerimento *curriculum vitae*, actualizado, datado e devidamente assinado, fotocópia do certificado de habilitações literárias e profissionais, fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso) e do cartão de contribuinte.

9.2 — Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento, sob compromisso de honra, sobre a situação precisa em que se encontra, relativamente a cada uma das alíneas a) a f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.